

Estranho momento esse pelo qual passa a psiquiatria contemporânea. Basta lançarmos um olhar retrospectivo para um tempo não muito remoto – não mais que 20, 25 anos atrás – para encontrá-la como uma espécie de prima pobre das especialidades médicas. Desprestigiada pela falta de rigor científico de suas proposições e dando mostras do esgotamento das teses da chamada “psiquiatria dinâmica”, que dominou o contexto norte-americano por quase duas décadas, ela se via incapaz de apresentar progressos tecnológicos e terapêuticos comparáveis aos obtidos pelos demais ramos da medicina. Era uma época de relativa marginalidade e de penosos esforços para se fazer reconhecer como integrante legítima do prestigioso campo de Hipócrates.

O final dos anos 70 e, sobretudo, a década de 80 modificam inteiramente esse panorama. No plano terapêutico, decisivos progressos da psicofarmacologia forneciam instrumentos cada vez mais eficazes de intervenção médica na clínica das doenças mentais. Os avanços das neurociências e da genética psiquiátrica, por sua vez, permitiram um progresso considerável no antigo sonho de se traduzir a linguagem psicológica em termos estritamente biológicos e passíveis de experimentação. Contudo, o marco decisivo dessa transformação do campo psiquiátrico foi a criação do DSM-III, em 1980, que finalmente oferecia à psiquiatria um manual diagnóstico organizado a partir da descrição operacional das grandes síndromes psíquicas, permitindo um grau de acordo mínimo quanto aos referentes da terminologia psiquiátrica. Esse constituía o pré-requisito para que os

Pequenos comentários e grandes questionamentos: sobre as virtudes e impasses da psiquiatria contemporânea

Resenha de Carol Sonenreich, Giordano Estevão e Luis de Moraes Altenfelder Silva Filho, Psiquiatria: propostas, notas e comentários, São Paulo, Lemos Editorial, 1999, 199 p.

fenômenos psicopatológicos pudessem ser submetidos a abordagens científicas controladas, comparáveis em diferentes centros e culturas.

Decorreram daí não apenas avanços significativos nas abordagens epidemiológicas e experimentais dos transtornos mentais, como também o credenciamento da psiquiatria em sua reivindicação de um lugar de direito na medicina.

O desdobramento dessas circunstâncias é bem conhecido: os diagnósticos operacionais tornam-se instrumentos indispensáveis para a investigação científica e para a clínica psiquiátrica; declínio da pesquisa e do ensino da psicopatologia; elevação das abordagens empírico-experimentais ao estatuto de fundamento

hegemônico das práticas em psiquiatria, com correlativa diminuição do espaço das perspectivas humanísticas e antropológicas; maior influência dos grandes interesses econômicos internacionais, em particular da indústria farmacêutica, na orientação dos rumos da disciplina.

O projeto de tornar a psiquiatria uma especialidade médica como as outras foi plenamente alcançado e os psiquiatras conseguiram, por fim, reconstituir sua identidade médica abalada por longos anos de influência de campos alheios à biologia e à ciência experimental.

Entretanto, esse sucesso avassalador não permitia entrever o surgimento de uma nova crise de identidade que sorrateiramente viria se instalar no campo psiquiátrico e que hoje já aparece sem disfarces ao olhar tanto dos pares da especialidade, quanto do público leigo. À medida que os fundamentos da psiquiatria foram sendo cada vez

mais delegados à genética, às neurociências, à epidemiologia e à psicofarmacologia, eram os próprios psiquiatras que viam escapar entre os dedos seu domínio sobre a disciplina. Já não havia mais parâmetros claros que pudessem definir sua especificidade. A psicopatologia, que tradicionalmente constituía o alicerce teórico do campo psiquiátrico, esvaziou-se de sentido, face ao sucesso pragmático das classificações operacionais. Além disso, com o avanço das chamadas escalas de avaliação objetiva de sintomas e síndromes psicopatológicas e com a progressiva desvalorização da dimensão subjetiva implicada no sofrimento mental, a própria clínica psiquiátrica estreitou-se, cabendo ao psiquiatra o papel cada vez mais contingente de intermediário entre uma ciência constituída em campos externos a sua prática e um paciente cuja singularidade desconhece, numa situação clínica cujos fundamentos há muito deixaram de lhe interessar.

Dessa maneira, um novo e paradoxal desafio apresenta-se de forma urgente para esses clínicos e que pode ser assim traduzido: - Sim, finalmente podemos ser reconhecidos como mé-

dicos! Mas seremos ainda psiquiatras? O que é a psiquiatria se deixamos de lado as ciências auxiliares como a genética, a psicofarmacologia e as neurociências? A psiquiatria é uma neurociência especial? Teria a psiquiatria ainda hoje o direito de reivindicar um estatuto específico em relação à genética, à psicofarmacologia e às neurociências? O que justificaria do ponto de vista epistemológico a sobrevivência da psiquiatria como campo autônomo nos dias de hoje?

É nesse contexto de um questionamento renovado sobre a especificidade do campo e da prática psiquiátrica que se inscreve o livro *Psiquiatria: propostas, notas e comentários*, de Carol Sonenreich, Giordano Estevão, Luis de Moraes Altenfelder Silva Filho, trazendo a esse debate uma contribuição fundamental.

Já em sua introdução, os autores explicitam sua posição: retomando o comentário de Nancy Andreasen de que o DSM-IV "é o melhor que podemos fazer, mas não é a verdade" (p. 8) e de que "diagnosticar é mais do que contar uma lista de sintomas", eles tomam para si a exortação feita pela poderosa editora do *American Journal of Psychiatry* e endereçada aos indispensáveis "psiquiatras pensadores", a que explorem "definições alternativas; somente assim vão evitar conclusões prematuras a questões que ainda estão abertas".

A convicção que sustentam desde o início é a de que a psiquiatria constitui o ponto de

vista da medicina sobre o distúrbio mental. Naturalmente, outros ramos do pensamento humano, "desde as religiões até a sociologia e a política, têm interpretações próprias sobre a mente, a conduta e suas alterações", mas consideram inaceitável que em nome dessas perspectivas "sejam proibidos outros tipos de pensar ou elaborar interpretações das manifestações humanas" (p. 7).

Tal é a inscrição teórico-ideológica do livro: os autores reivindicam a legitimidade da abordagem psiquiátrica do sofrimento psíquico, ao mesmo tempo em que a consideram como um entre vários discursos possíveis sobre esse tema humano fundamental. Ao mesmo tempo, contudo, recusam a existência de uma "unidade da psiquiatria" e consideram que suas propostas, notas e comentários constituem, em última instância, "uma forma de dialogar com as outras propostas psiquiátricas" (p. 8).

É, pois, enquanto psiquiatras que os autores irão trazer seus pontos de vista e é, so-

bretudo, ao interior e aos fundamentos do conhecimento psiquiátrico atual que eles se dirigem, supondo heterogeneidade, clivagens e diferenças significativas no próprio corpo da psiquiatria contemporânea. Trata-se, portanto, de uma contribuição altamente relevante na medida em que vão sendo assumidas posições claras frente a vários tópicos cruciais do saber psiquiátrico, interpelando frontalmente seus interlocutores e resgatando, dessa forma, um pensamento psiquiátrico autôctone e crítico.

O sub-título do livro - : *propostas, notas e comentários* - traduz bem a estrutura do texto que, descartando de antemão uma abordagem de conjunto ou uma proposta unificadora da psiquiatria, opta por discussões mais específicas e por tomadas de posição centradas em alguns problemas relevantes. Para tanto, foram escolhidos oito temas maiores do campo psiquiátrico: 1) Instrumental para a atividade psiquiátrica, 2) Alcoolismo e toxicomanias, 3) Delírio, 4) Depressões, 5) Fobias, obsessões e compulsões, 6) Transtornos de personalidade, 7) Os estudos transculturais e 8) Tratamento dos distúrbios psíquicos, os quais são debatidos segundo uma estratégia sistemática.

Assim, a posição dos autores sobre um desses temas é apresentada já no início de cada capítulo sob a forma de tópicos sucintos e dogmáticos. O texto que se segue constitui uma tentativa de elucidar os pontos de vista explicitados. Em geral, tratam-se de proposições instigantes, que interpelam o leitor no sentido de fazê-lo refletir e retomar criticamente suas próprias convicções sobre os temas em questão. Esse efeito de interpelação/desestabilização das posições do leitor/interlocutor é conseguido com rara competência. O capítulo sobre "Depressões", por exemplo, inicia com as seguintes propostas:

"A) Diagnosticar depressão nos casos caracterizados pela lentificação dos processos psíquicos em um campo vivencial estreitado. A aceleração dos processos psíquicos em campo vivencial estreitado caracteriza o diagnóstico de ansiedade.

A aceleração dos processos psíquicos em campo vivencial alargado, caracteriza o diagnóstico de mania.

B) Falamos de afeto e humor como qualidades da vivência, não como funções psíquicas. (p. 85)"

A seguir, cada aspecto dessas proposições, tais como o problema da velocidade dos processos psíquicos ou o conceito de "campo vivencial", é debatido de forma específica e detalhada.

Há uma nítida preocupação epistemológica e psicopatológica nas discussões, embora o texto seja igualmente rico em informações sobre o estado atual dos conhecimentos empírico-experimentais sobre os tópicos em debate. O final de cada

capítulo é acompanhado de uma vasta e atualizada bibliografia, o que torna o livro extremamente recomendável para os interessados em se atualizar nas convicções e controvérsias psiquiátricas contemporâneas.

Há um permanente debate crítico com o DSM-IV e com as abordagens diagnósticas operacionais contemporâneas, não no sentido de uma refutação em bloco e *a priori*, mas como esforço de situar sua justa pertinência e seus limites. Critica-se seu pretensão "ateorismo", sua vocação hegemônica e o enorme risco de reducionismo que comportam. Sustentando que nenhuma abordagem empírico indutiva é suficiente para dar conta do campo da psicopatologia, os autores afirmam claramente que: "Tratar os dados como objetos é um perigo: empobrece o diagnóstico, mostra desinteresse pelo subjetivo, preocupa-se com o óbvio."

Além disso, a interlocução com os grandes clássicos da psicopatologia é uma constante ao longo de todo o texto, sobretudo com Kraepelin, Jaspers, Minkowski e com a análise existencial, em especial na vertente binswangeriana, sem que em nenhum momento o texto mergulhe em uma erudição vazia ou em uma retórica para iniciados.

A busca de uma interlocução da psiquiatria com a psicanálise e com outras abordagens humanistas do fenômeno psicopatológico é uma das marcas mais chamativas do texto. Ela se dá praticamente em todos os capítulos do livro e ocorre tanto do ponto de vista da teoria, quanto das propostas de abordagem terapêutica. Em particular no que concerne à psicanálise, os autores mostram uma grande atenção pelas proposições teóricas dessa disciplina, servem-se do poder explicativo de muitos de seus conceitos e metáforas, reconhecem seu interesse do ponto de vista terapêutico, mas rejeitam qualquer adesão a seu arcabouço metapsicológico, sobretudo em relação

ao conceito de inconsciente. Este é reiteradamente rejeitado a cada vez que aparece. No último capítulo, por exemplo, em que são explicitadas as opções dos autores no campo do tratamento dos distúrbios psiquiátricos, a contribuição da psicanálise ao campo da clínica é reconhecida, mas o conceito psicanalítico de inconsciente é considerado "inaceitável" (p. 190). Aqui, o leitor – sobretudo o psicanalista – pode lastimar a falta da apresentação de um argumento mais amplo que explicitasse os motivos de tal refutação tão veemente.

Finalmente, deve-se ressaltar que esse trabalho escrito a seis mãos mostra uma admirável unidade naquilo que é seu esforço de apresentar comentários e proposições rigorosas sobre aspectos relevantes da prática psiquiátrica contemporânea e do campo psicopatológico em geral. Como dissemos anteriormente, a vocação desse livro é a de desestabilizar concepções já sedimentadas ou pouco debatidas no campo da psiquiatria e da psicopatologia, bem como fornecer uma ampla atualização do nível contemporâneo dos debates. Alguns dos tópicos discutidos são particularmente felizes na originalidade de suas propostas e na extensão das informações fornecidas, como é o caso dos capítulos sobre delírio e sobre depressões.

Trata-se, portanto, de um livro que, oculto sob a modéstia de um título evocando o descompromisso das "notas" e dos "comentários", termina por interpelar, a partir da análise de temas pontuais, algumas das questões mais fundamentais da psiquiatria. Mas não seriam justamente procedimentos desse tipo os que têm a maior vocação para reconstruir a cada instante os fundamentos e o alicerce específico dessa disciplina?

Mário Eduardo Costa Pereira é psicanalista, psiquiatra, doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade Paris 7 e dirige o Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da UNICAMP